



DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 16 de abril de 2025 | Caderno Executivo | Seção Atos de Gestão e Despesas

EDITAL, DE 15 DE ABRIL DE 2025

COMUNICADO

Em conformidade com a Lei Complementar nº 846, de 04-6-1998

Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo - SECONCI-SP

Ame Caraguatatuba – Ambulatório Médico de Especialidades Caraguatatuba

CNPJ: 61.687.356/0034-06

Demonstrações Financeiras

(Em reais)

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

Ativo	Nota	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	197.667	792.921
Estoques	4	328.841	378.393
Adiantamentos		38.107	36.033
Despesas antecipadas		16.497	11.584
Total do ativo circulante		581.112	1.218.931
Total do ativo		581.112	1.218.931

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais)

Passivo	Nota	2024	2023
Circulante			
Fornecedores	5	481.250	620.294
Obrigações trabalhistas e tributárias	6	1.143.464	1.017.640
Subvenção governamental para investimentos	7.1	31.266	17.277
Total do passivo circulante		1.655.980	1.655.211
Não circulante			
Provisão para contingências	8	52.767	12.521
Total do passivo não circulante		52.767	12.521
Total do passivo		1.708.747	1.667.732
Patrimônio líquido			
Patrimônio Social		(448.801)	-
(Déficit) do exercício		(678.834)	(448.801)
Total do patrimônio líquido		(1.127.635)	(448.801)
Total do passivo e patrimônio líquido		581.112	1.218.931

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de resultados dos exercícios em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

	<u>Nota</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receitas Operacionais			
Receitas de serviços prestados	9	24.061.200	22.948.205
Custos de serviços prestados			
	10	(20.275.156)	(19.393.329)
Resultado Bruto			
		3.786.044	3.554.876
Despesas Operacionais			
Administrativas e gerais	10	(4.628.924)	(4.322.923)
Demais despesas operacionais	10	(47.972)	(9.919)
		(4.676.896)	(4.332.842)
(Déficit) operacional antes do resultado financeiro			
		(890.852)	(777.966)
Resultado financeiro, líquido			
Receitas financeiras	11	214.778	333.082
Despesas financeiras	11	(2.760)	(3.917)
		212.018	329.165
(Déficit) do exercício			
		(678.834)	(448.801)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Déficit) do exercício	(678.834)	(448.801)
Provisão para contingências	47.972	9.820
(Aumento) redução nos ativos em		
Estoque	49.552	(20.818)
Adiantamentos	(2.074)	(5.947)
Despesas antecipadas	(4.913)	5.797
Aumento (redução) nos passivos em		
Fornecedores	(139.044)	152.722
Obrigações trabalhistas e tributárias	125.824	(72.533)
Subvenção governamental para custeio	-	(99.980)
Contingências pagas	(7.726)	(15.568)
Fluxo de caixa proveniente utilizado nas atividades operacionais	<u>(609.243)</u>	<u>(495.308)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Subvenção governamental para investimentos	13.989	(548.591)
Fluxo de caixa líquido proveniente nas atividades de investimento	13.989	(548.591)
(Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>(595.254)</u>	<u>(1.043.899)</u>
Demonstração da (redução) do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	792.921	1.836.820
No final do exercício	197.667	792.921
	<u>(595.254)</u>	<u>(1.043.899)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes dos exercícios em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
(Déficit) do exercício	(678.834)	(448.801)
Resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u>(678.834)</u>	<u>(448.801)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

	<u>Patrimônio Social</u>	<u>Superávit (Déficit) do exercício</u>	<u>Total do Patrimônio Líquido</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2023	-	-	-
Incorporação do superávit do exercício	-	-	-
(Déficit) do exercício	-	(448.801)	(448.801)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	(448.801)	(448.801)
Incorporação do (déficit) do exercício	(448.801)	448.801	-
(Déficit) do exercício	-	(678.834)	(678.834)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(448.801)	(678.834)	(1.127.635)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

RELATÓRIO EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - PERÍODO 01/01/2024 A 31/12/2024

SALDO DE CAIXA EM 31/12/2023		VALOR R\$		792.921,56	
DEMONSTRATIVO DOS REPASSES PÚBLICOS RECEBIDOS					
DATA PREVISTA PARA O REPASSE	VALORES PREVISTOS R\$	DOC. DE CRÉDITO Nº	NOTAS DE EMPENHO Nº	DATA	VALORES REPASSADOS R\$
08/01/2024	1.982.470,00	2024OB02578	2024NE 00023	05/01/2024	1.984.470,00
08/01/2024	1.024,25	2024OB01444	2024NE 01399	19/01/2024	1.024,25
07/02/2024	1.982.470,00	2024OB14950	2024NE 00151	06/02/2024	1.980.470,00
07/02/2024	1.024,25	2024OB04077	2024NE 00305	01/03/2024	1.024,25
07/03/2024	1.982.470,00	2024OB21238	2024NE 00151	06/03/2024	1.982.470,00
07/03/2024	1.024,25	2024OB04998	2024NE 00474	26/03/2024	1.024,25
05/04/2024	1.982.470,00	2024OB30378	2024NE 00151	05/04/2024	1.982.470,00
05/04/2024	1.024,25	2024OB07111	2024NE 00593	19/04/2024	1.024,25
08/05/2024	1.982.470,00	2024OB43103	2024NE 00151	07/05/2024	1.982.470,00
08/05/2024	1.024,25	2024OB09432	2024NE 00714	25/05/2024	1.024,25
07/06/2024	1.982.470,00	2024OB54852	2024NE 00151	06/06/2024	1.982.470,00
07/06/2024	1.024,25	2024OB12068	2024NE 00837	21/06/2024	1.024,25
05/07/2024	1.982.470,00	2024OB65953	2024NE 00151	04/07/2024	1.982.470,00
05/07/2024	1.024,25	2024OB14825	2024NE 00957	17/07/2024	1.024,25
07/08/2024	1.970.575,18	2024OB81299	2024NE 01067	06/08/2024	1.970.575,18
07/08/2024	75.395,06	2024OB18665	2024NE 01178	06/08/2024	75.395,06
07/08/2024	611,53	2024OB17507	2024NE 01105	06/08/2024	611,53
06/09/2024	1.970.575,18	2024OB93048	2024NE 01067	06/09/2024	1.970.575,18
06/09/2024	81.120,72	2024OB19290	2024NE 01178	06/09/2024	81.120,72
06/09/2024	611,53	2024OB20936	2024NE 01251	06/09/2024	611,53
07/10/2024	1.970.575,18	2024OBA4418	2024NE 01067	04/10/2024	1.970.575,18
07/10/2024	85.428,08	2024OB22607	2024NE 01178	04/10/2024	85.428,08
07/11/2024	1.970.575,18	2024OBB8513	2024NE 01067	07/11/2024	1.970.575,18
07/11/2024	85.428,08	2024OB28134	2024NE 01178	07/11/2024	85.428,08
07/11/2024	196.212,73	2024OB00169	2024NE 01466	07/11/2024	196.212,73
06/12/2024	1.970.575,18	2024OBC8664	2024NE 01641	06/12/2024	1.970.575,18
SUB-TOTAL					24.262.143,38
RECEITAS COM APLICAÇÕES FINANCEIRAS DOS REPASSE PÚBLICOS					213.124,10
OUTRAS RECEITAS					2.546,85
RECURSOS PRÓPRIOS APLICADOS PELA ORGANIZAÇÃO SOCIAL					-
TOTAL DAS RECEITAS					24.477.814,33
TOTAL DAS DESPESAS NO PERÍODO DE AGOSTO A DEZEMBRO DE 2024					25.073.069,24
RECURSO PÚBLICO NÃO APLICADO					197.666,65
VALOR DEVOLVIDO AO CONTRATANTE					-
VALOR AUTORIZADO PARA APLICAÇÃO NO EXERCÍCIO SEGUINTE					197.666,65

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO - PERÍODO 01/01/2024 A 31/12/2024

Nº DE LEITOS (MÉDIA/MÊS)	120
Nº DE LEITOS DE HOSPITAL - DIA	6
TAXA DE OCUPAÇÃO (MÉDIA/MÊS)	100,0%
PERMANÊNCIA MÉDIA	1

Nº DE SAÍDAS HOSPITAL-DIA	9.599
Nº DE CONSULTAS AMBULATORIAIS (MÉDICAS E N/MÉD.)	131.080

Nº DE EXAMES REALIZADOS	
ENDOSCOPIA (EDA + COLONOSCOPIA + OUTRAS ENDOSCO	3.189
TRAÇADOS GRÁFICOS (METODOS DIAGNOSTICOS)	5.968
ULTRASSONOGRRAFIA	3.404

CONTRATADO X REALIZADO - PERÍODO 01/01/2024 A 31/12/2024

Consultas Médicas

Contratado / Realizado	1º semestre		2º semestre	
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado
Primeiras Consultas Rede	16.860	13.479	16.860	14.205
Interconsultas	4.800	7.742	4.800	6.780
Consultas Subseqüentes	34.650	30.677	34.650	30.729
Total	56.310	51.898	56.310	51.714

Consultas Não Médicas

Contratado / Realizado	1º semestre		2º semestre	
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado
Consultas Não Médicas	11.700	12.310	11.700	12.957
Procedimentos Terapeuticos (sessões)	1.080	1.067	1.080	1.134
Total Consultas Não Médicas	12.780	13.377	12.780	14.091

Cirurgias Ambulatoriais Maiores (CMA)

Contratado / Realizado	1º semestre		2º semestre	
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado
Cirurgias Ambulatoriais CMA	2.556	2.644	2.556	2.717
Total	2.556	2.644	2.556	2.717

Cirurgias Ambulatoriais menores (cma)

Contratado / Realizado	1º semestre		2º semestre	
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado
Cirurgias Ambulatoriais cma	1.650	1.987	1.650	2.251
Total	1.650	1.987	1.650	2.251

SADT Externo

Contratado / Realizado	1º semestre		2º semestre	
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado
Ecocardiograma	1.680	1.877	1.680	1.527
Ultrassonografia	1.680	1.877	1.680	1.527
Endoscopia Digestiva Alta	840	944	840	1.215
Colonoscopia	240	330	240	384
Outros	120	161	120	155
Endoscopia	1.200	1.435	1.200	1.754
Diagnóstico em Cardiologia (exceto cateterismo cardíaco)	2.400	1.922	2.400	2.203
Diagnóstico em Neurologia	120	100	120	87
Diagnóstico em Otorrinolaringologia/Fonoaudiologia	252	223	252	235
Diagnóstico em Pneumologia	690	509	690	498
Diagnóstico em Urologia	120	89	120	102
Métodos Diagnósticos em Especialidades	3.582	2.843	3.582	3.125
Total	6.462	6.155	6.462	6.406

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

1 - Contexto operacional

O Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo - SECONCI-SP ("Entidade"), fundado em 20 de março de 1964, é pessoa jurídica de direito privado, constituído sob a forma de associação, filantrópica e sem finalidade de lucros, destinado a prestar assistência social, promoção e prevenção à saúde, educação e demais atividades afins à população. Foi declarado de Utilidade Pública pelo Decreto Federal nº 63.204 de 03 de setembro de 1968 revogado pelo Decreto de 27 de maio de 1992, Lei Estadual nº 22 de 25 de setembro de 1972 e Decreto nº 9.526 de 18 de junho de 1971, alterado pelo Decreto nº 49.794, de 21 de julho de 2008. É portador do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS - conforme Portaria nº 714, de 03 de outubro de 2022, publicada no Diário Oficial da União em 05 de outubro de 2022, que defere a renovação do certificado com validade pelo período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023. Em 28/12/2023 foi protocolado o requerimento de renovação, estando a Entidade alcançada pelo disposto no parágrafo 2º, do art.37, da Lei Complementar nº 187/2021 de 16/12/2021, ao estabelecer que "a certificação da entidade permanece válida até a data da decisão administrativa definitiva sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado".

Em 1998, foi promulgado da Lei Complementar nº 846/98 aprovada pela Assembleia Legislativa, o Governo do Estado de São Paulo passou a qualificar entidades filantrópicas para a celebração de Contratos de Gestão com vistas à operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde de unidades públicas. Assim sendo, a entidade foi qualificada pelo Governo do Estado de São Paulo, como Organização Social de Saúde – "OSS".

Em decorrência destas qualificações e da experiência adquirida ao longo dos anos, a entidade participou de chamamento público e foi vencedora no processo de seleção, assumindo a gestão do Ambulatório Médico de Especialidades Caraguatatuba (AME CARAGUATATUBA). A Entidade assinou contrato de gestão com a Secretaria de Estado da Saúde em agosto de 2014.

2 - Apresentação das demonstrações e principais práticas contábeis

2.1 - Base de apresentação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) incluindo as disposições contidas na Interpretação Técnica Geral - ITG 2002 (R1) "Entidades sem Finalidade de Lucros" e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas, custos e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 8 – Reconhecimento e mensuração da provisão para contingências. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A administração acredita que essas provisões para riscos trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

Principais práticas contábeis

a. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”. De acordo com o Contrato de Gestão, a Entidade deve aplicar financeiramente todos os recursos enquanto estes não forem efetivamente aplicados em sua finalidade, quer seja custeio ou investimento.

As aplicações financeiras são classificadas como equivalentes de caixa por serem mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo de até 90 dias, visando a continuidade normal das atividades da Entidade.

b. Estoques

Os estoques são mensurados pelo valor de custo de aquisição e estão relacionados, principalmente, a medicamentos e insumos ambulatoriais para serem utilizados junto aos pacientes atendidos nos ambulatórios. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui gastos na aquisição e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração – Imobilizado

Os elementos do ativo imobilizado são reconhecidos ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos.

Os bens adquiridos para as unidades públicas administradas pela Entidade no âmbito do contrato de gestão, por se tratarem de bens do Estado de São Paulo são controlados em contas de compensação, da mesma forma que a subvenção para investimentos aplicados.

1. Os ativos imobilizados utilizados nas operações do ambulatório, são bens patrimoniais públicos que estão sob a responsabilidade da Entidade, durante a vigência do Contrato de Gestão são destinados a operacionalização das atividades de serviços de saúde. Visando a formalização da cessão dos bens móveis, anualmente são emitidos os termos de permissão de uso, que visam a incorporação dos mesmos a Administração Pública.

d. Obrigações trabalhistas e tributárias

Representam os valores de tributos e contribuições devidos pela Entidade. O referido grupo contempla também as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos.

e. Subvenções governamentais

Quando destinados ao custeio, os recursos são creditados no grupo de conta “Receitas com Contratos de Gestão” no resultado do exercício, para fazer face às despesas incorridas. As subvenções para investimentos são reconhecidas como subvenção a aplicar no passivo circulante, sendo reconhecida como recurso de subvenção aplicada no momento das aquisições dos ativos, as quais são controladas em contas de compensações.

f. Outros ativos e passivos (circulante e não circulante)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

g. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja

requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

h. Receita operacional

(i) Receita com contrato de gestão e operacionalização de serviços

A Entidade, qualificada como Organização Social de Saúde, através de Contratos de Gestão, celebra parcerias de gestão de serviço de saúde no âmbito do Estado de São Paulo.

A legislação estadual regulamentou as parcerias com entidades filantrópicas, que passaram a ser qualificadas como Organizações Sociais de Saúde (OSS) e que, em decorrência dessa qualificação, adquiriram o direito de celebrar Contrato de Gestão de Serviços com a Secretaria de Saúde. Visando o gerenciamento de ambulatórios, as legislações determinaram ainda que estes equipamentos gerenciados pelas OSS atendam exclusivamente aos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS).

A remuneração dos contratos de gestão são definidas de acordo com suas características de atendimento, orçamento de custeio pré-fixado, baseados em um sistema de custos referente à produção de procedimentos das principais áreas de atuação do equipamento e em indicadores de organização do serviço, ou seja, conforme preconizado na contratualização de serviços no SUS, sendo estabelecidas metas quantitativas (internações e atendimentos ambulatoriais) e metas qualitativas para o acolhimento do usuário SUS, humanização, entre outras.

Ao final de cada exercício, é celebrado termos de retificação ao contrato de gestão vigente, em que valor do recurso financeiro (receita) é definido conforme as metas propostas em relação às atividades.

i. Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros e rendimentos de aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

j. Apuração do resultado

As receitas decorrentes de subvenções do contrato de gestão, custos e as demais receitas e despesas são reconhecidas, respeitando-se o princípio da competência.

As subvenções decorrentes do contrato de gestão são reconhecidas conforme os valores previstos nos contratos celebrados com o poder público.

k. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber do Estado são reconhecidas inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber do Estado sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido,

para um item não mensurado ao VJR (“Valor Justo por meio do Resultado”), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber do Estado sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Entidade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR)

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Entidade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros créditos provenientes de prestação de serviços.

(iii) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Os passivos financeiros foram classificados na categoria de outros passivos financeiros. Estes, por sua vez, são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores.

(iv) Desreconhecimento

A Entidade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Entidade transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Entidade nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Entidade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirar. A Entidade também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(v) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(vi) Instrumentos financeiros derivativos

A Entidade não possuía em 31 de dezembro de 2024 e 2023 nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos incluindo operações de hedge.

(vii) Redução ao valor recuperável (impairment)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Os ativos não financeiros têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Administração da Entidade não identificou nenhum indicativo que justificasse a constituição de uma provisão sobre seus ativos.

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Risco de crédito

Risco com taxa de câmbio

Risco de liquidez

Risco de taxa de juros

A Entidade apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na nota explicativa nº 13 – Instrumentos financeiros.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Entidade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Entidade.

3 - Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2024	2023
Bancos conta movimento	3.444	3.331
Aplicações financeiras	194.223	789.590
Total	197.667	792.921

As aplicações financeiras estão representadas por aplicações de renda fixa em bancos de primeira linha, e buscam rendimentos próximos ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Em 2024 o rendimento aproximado foi 100,25% do CDI, (que era 98% do CDI em 2023), e podem ser resgatados a qualquer momento sem perda de sua rentabilidade.

As aplicações financeiras são classificadas como equivalentes de caixa por serem mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo (de até 90 dias), visando a continuidade normal das atividades da Entidade.

Descrição	2024	2023
Fundo de investimento de renda fixa	194.223	789.590

O saldo apurado ao final de cada exercício, conforme determinado no contrato de gestão, poderá permanecer como disponibilidade, que deverá aplicar o montante na execução do objeto contratual no exercício subsequente. Os recursos repassados são aplicados no mercado financeiro, e o resultado desta aplicação são revertidos exclusivamente aos objetivos do contrato de gestão (recursos com restrição);

4 - Estoques

O estoque é representado principalmente por medicamentos e insumos ambulatoriais. A Entidade não constitui provisão para obsolescência de seus estoques. Sobre o estoque de medicamentos, principalmente, este possui giro médio de até 30 dias, por tratarem-se de unidade que possuem alta demanda.

Descrição	2024	2023
Estoque de medicamentos e insumos hospitalares	328.841	378.393
Total	328.841	378.393

5 - Fornecedores

Representado principalmente por valores a pagar relacionados a compra de insumos ambulatoriais, medicamentos e prestação de serviços assistenciais e administrativos.

Descrição	2024	2023
Fornecedores	481.250	620.294
Total	481.250	620.294

6 - Obrigações trabalhistas e tributárias

	2024	2023
Obrigações trabalhistas		
Provisões para férias e encargos	821.598	726.346
FGTS a recolher	70.842	68.586
INSS retido na fonte a recolher	54.790	47.322
Salários a pagar	91.251	77.204
Contribuição sindical e assistencial	647	42
	1.039.128	919.500
Obrigações tributárias		
IRRF retido na fonte	75.166	65.439
PIS, COFINS e CSLL retidos na fonte	28.868	32.557
ISS a recolher	302	144
	104.336	98.140
Total das obrigações trabalhistas e tributárias	1.143.464	1.017.640

7 - Subvenção governamental para investimento

7.1 - Subvenção governamental a aplicar em investimentos

A título de investimento em obras ou equipamentos, a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo por meio do contrato de gestão com a Entidade, realizaram subvenções para investimento empregados na aquisição de ativos imobilizado, intangível, reformas prediais e de estrutura para atendimento. As subvenções governamentais a aplicar são controladas em contas do passivo e no momento que são aplicadas, são controladas em contas de compensações.

	2024	2023
AME CARAGUATATUBA	31.266	17.277
Total	31.266	17.277

7.2 - Subvenção governamental aplicadas em investimentos

Em atendimento ao Contrato de Gestão firmado entre a Entidade e a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, estabelece que a Entidade deve usufruir apenas do direito de uso dos bens, sendo a propriedade, escrituração contábil de custos e depreciação está a cargo da Secretaria do Estado de Saúde de São Paulo.

Os itens do ativo imobilizado do contrato de gestão são bens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou de outros fatores específicos. A Entidade faz o controle patrimonial em conta de compensação, sem prejuízo das informações econômicas, segue demonstração:

AME CARAGUATATUBA	<u>1.827.524</u>	<u>1.553.686</u>
Total	<u>1.827.524</u>	<u>1.553.686</u>

Subvenção governamental para investimentos aplicados	<u>1.827.524</u>	<u>1.553.686</u>
---	-------------------------	-------------------------

8 - Provisão para contingências trabalhistas

Durante o curso normal de seus negócios, a Entidade fica exposta a contingências e riscos, que incluem processos judiciais de natureza trabalhista em discussão. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Entidade possuía registrados os seguintes valores a título de provisão para cobrir riscos prováveis às eventuais demandas judiciais:

	2024	2023
Trabalhistas	<u>52.767</u>	<u>12.521</u>
Total	<u>52.767</u>	<u>12.521</u>

8.1 - Provisões para contingências trabalhistas

As provisões para contingências trabalhistas caracterizam-se por processos movidos pelos ex-colaboradores, nos quais reclamam horas extras, produtividade, readmissões, adicionais, retroatividade de aumentos e reajustes salariais.

8.2 - Movimentação das contingências e depósitos judiciais

1. Abaixo as movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 das contas contábeis relacionadas a provisões para contingências:

Provisões das contingências	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2023	18.270	-	18.270
Reversão de provisão	(824)	-	(824)
Contingências pagas	(15.568)	-	(15.568)
Complemento de provisão	10.643	-	10.643
Saldo em 31 de dezembro de 2023	12.521	-	12.521
Reversão de provisão	-	-	-
Contingências pagas	(7.195)	(530)	(7.725)
Complemento de provisão	47.441	530	47.971
Saldo em 31 de dezembro de 2024	52.767	-	52.767

Seguem as movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 das contas contábeis relacionada a depósitos judiciais:

Depósitos Judiciais	Trabalhistas	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2023	-	-
(+) Adições	100	100
(-) Reversão	(100)	(100)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-
(+) Adições	-	-
(-) Reversão	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-

A Entidade possui processos trabalhistas e cíveis em discussão, classificados por seus assessores jurídicos como sendo de risco de perda possível, cujo montante é de aproximadamente, R\$ 1.341.898 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 1.296.330 em 2023), os quais não foram constituídas provisões por entender que há um risco reduzido de perdas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

9 - Receitas Operacionais Líquidas

	2024	2023
Contrato de gestão - OSS (a)	24.057.538	22.939.771
Outras receitas (b)	3.662	8.434
Total	24.061.200	22.948.205

- (a) Contrato de gestão - OSS:** A Entidade celebrou contrato de Gestão e Operacionalização de serviço com a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, para administrar a gestão de saúde das Organizações Sociais de Saúde (OSS). Este contrato estabelece prazo de vigência determinado, o orçamento oriundo do gerenciamento de ambulatorios de saúde, aplicadas integralmente nos objetos dos instrumentos celebrados com o Estado.

(b) **Outras receitas:** complemento piso enfermagem e demais receitas previstas em estatuto;

10 - Custos de serviços prestados e despesas operacionais

	2024	2023
Pessoal, benefícios e encargos	(10.423.586)	(9.587.855)
Serviços de terceiros	(10.903.344)	(10.695.753)
Materiais e medicamentos	(2.561.267)	(2.465.072)
Administrativas e gerais	(1.015.883)	(967.572)
Demais despesas operacionais	(47.972)	(9.919)
	(24.952.052)	(23.726.171)

Classificados como:

Custos de serviços prestados	(20.275.156)	(19.393.329)
Despesas Operacionais		
Administrativas e gerais	(4.628.924)	(4.322.923)
Demais despesas operacionais	(47.972)	(9.919)
	(4.676.896)	(4.332.842)
	(24.952.052)	(23.726.171)

11 - Resultado financeiro, líquido

Os encargos financeiros e as variações monetárias apropriadas ao resultado estão demonstrados como seguem:

	2024	2023
Receitas Financeiras		
Rendimentos aplicações	214.778	333.082
	214.778	333.082
Despesas Financeiras		
Despesas Financeiras	(2.760)	(3.917)
	(2.760)	(3.917)
Total receita financeira líquida	212.018	329.165

12 - Instrumentos financeiros

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Entidade para cada um dos riscos abaixo, os objetivos da Entidade, as políticas e os processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Entidade. A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

a. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso o Estado ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem

principalmente dos recebíveis da Entidade representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa e outros créditos.

Exposição a risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito nas datas das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	3	<u>197.667</u>	<u>792.921</u>
Total		<u>197.667</u>	<u>792.921</u>

Caixa e equivalentes - A política de gestão de risco corporativo determina que a Entidade avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como proposta de mitigar o risco. As estratégias de mitigação de risco são executadas com o objetivo de reduzir o risco com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos pela Entidade. A Entidade possui aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

b. Risco de liquidez

Risco de liquidez é aquele em que a Entidade possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Administração no gerenciamento do risco de liquidez é de garantir o máximo possível que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade. A seguir, são apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, bem como os ativos financeiros que são utilizados para gerenciar este risco.

		Vencimentos – 2024	
	Nota	Valor contábil	Até 1 ano
Fornecedores	5	<u>481.250</u>	<u>481.250</u>

		Vencimentos – 2023	
	Nota	Valor contábil	Até 1 ano
Fornecedores	5	<u>620.294</u>	<u>620.294</u>

c. Risco de mercado e taxa de juros

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Entidade, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Entidade.

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Com relação às taxas de juros, visando a mitigação deste tipo de risco, a Entidade centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham, a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

d. Política de gestão de capital

A Entidade possui uma política para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é de responsabilidade da Diretoria Financeira, que se utiliza de instrumentos de controle e profissionais capacitados na mensuração, na análise e na gestão de riscos. Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo.

e. Hierarquia do valor justo

A Entidade classifica seus ativos financeiros em: i) custo amortizado e ii) valor justo por meio do resultado. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado para gestão de ativos e nas características dos fluxos de caixa contratuais. O resumo da classificação é como segue:

Hierarquia de valor justo

A classificação dos instrumentos financeiros não derivativos está apresentada no quadro a seguir e não existem instrumentos financeiros diferentes de caixa classificados em outras categorias:

Ativos	Classificação	2024	2023
Caixa e equivalente de caixa	Custo Amortizado	197.667	792.921
Total ativo		197.667	792.921

Passivos	Classificação	2024	2023
Fornecedores	Custo Amortizado	(481.250)	(620.294)
Instrumentos financeiros líquidos		283.583	172.627

13 - Tributos e contribuições (renúncia fiscal)

Em atendimento ao item 27, letra "c" da Interpretação Técnica Geral - ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

IRPJ - Imposto de renda da Pessoa Jurídica

CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

INSS – Contribuição Previdenciária Cota Patronal

PIS – Programa de Integração Social (sobre folha de pagamento)

13.1 - IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido))

Em virtude de ser uma entidade filantrópica e sem fins lucrativos, esta goza do benefício de imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o artigo 181 do Decreto nº 9.580 de 22 de novembro de 2018 e artigo nº 150, inciso VI, alínea C, da Constituição Federal de 1988 e Lei nº 5.172/66 Código Nacional Tributário - CTN artigos 9º e 14º.

13.2 - COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social)

A Medida Provisória nº 2.158 de 24 de agosto de 2001, em seu artigo nº 14, dispôs que, para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de fevereiro de 1999, são isentas da COFINS as receitas relativas às atividades próprias a que se refere o artigo nº 12 da Lei nº 9.532 de 1997; todavia, tais atividades são entendidas pelas autoridades fiscais como sendo as contribuições, doações e anuidades ou mensalidades de seus associados e mantenedores ou recursos recebidos de terceiros, destinados ao custeio e manutenção da Entidade e execução de seus objetivos estatutários, mas que não tenham cunho contraprestacional, estando, no seu entendimento, sujeito à COFINS as receitas que não apresentam essas características. A administração da Entidade entende que todas as suas receitas, incluindo as outras receitas operacionais e as receitas financeiras, decorrem de suas atividades próprias e, portanto, não estão sujeitas à referida contribuição.

13.3 - INSS – Contribuição Previdenciária – Imunidade das contribuições sociais

A Entidade é imune de Contribuições para a Seguridade Social com base nos artigos nº 150, VI, C e 195, da Constituição Federal de 1988 e os artigos 3º e 4º da Lei Complementar nº 187, de 16/12/2021, que revoga a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

13.4 - PIS – Programa de Integração Social (sobre folha de pagamento)

A Entidade é imune ao pagamento da contribuição para PIS calculada sobre a folha de pagamento com base nos artigos nº 150, VI, C e 195, da Constituição Federal de 1988 e os artigos 3º e 4º da Lei Complementar nº 187, de 16/12/2021, que revoga a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

14 - Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

Em 27 de novembro de 2009, entrou em vigor a Lei nº 12.101/09, que altera a Lei nº 8.742/93, revoga dispositivos das leis nº 8.212/91, 9429/96, 9732/98, 10.684/03 e medida provisória nº 2.187-13 de 24 de agosto de 2001; e que foi revogado pela Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021 e que foi regulamentada pelo Decreto nº 11.791, de 21 de novembro de 2023. As alterações promovidas visam, principalmente, o processo e regulamentação da certificação das entidades beneficentes e a imunidade de contribuições para a seguridade social concedida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades beneficentes com a finalidade

de prestação de serviços nas áreas de saúde, assistência social e educação. Com o advento da nova legislação, os processos da entidade foram direcionados para o Ministério da Saúde.

A Portaria nº 714, de 3 de outubro de 2022, defere a renovação do CEBAS do Seconci. A Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições, considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu parágrafo 2º do art. 40 determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art.142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e considerando o Parecer Técnico nº 348/2022-CGCER/DCEBS/SAES/MS, constante do processo nº 25000.182019/2020-48, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social -CEBAS, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento).

A renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS perante o Ministério da Saúde, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 05/10/2022 com validade de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023.

A entidade protocolou em 28/12/2023, tempestivamente, o seu requerimento de renovação, conforme SEI nº 25000.193406/2023-52, o qual se encontra pendente de julgamento.

Até a presente data o processo com o pedido de renovação não foi concluído, estando a Entidade alcançada pelo disposto no parágrafo 2º, do art.37, da Lei Complementar nº 187/2021, ao estabelecer que “a certificação da entidade permanece válida até a data da decisão administrativa definitiva sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado”.

A Entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela Lei, chamada “Lei da Filantropia”, e às demais regulamentações vigentes, e a obrigatoriedade de apresentar tempestivamente, o relatório de atividades e os documentos exigidos pelo Ministério da Saúde.

15 - Avais, fianças e garantias

A Entidade não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

16 - Seguros

A Entidade mantém, em 31 de dezembro de 2024, os seguintes contratos de seguros a valores considerados compatíveis, pela Administração, com os riscos envolvidos:

Multirrisco: Cobertura dos prédios, maquinário, equipamentos, móveis e utensílios e estoques contra: roubo e furto qualificado, quedas de raio, danos elétricos, incêndio, explosão, vendaval, granizo, impacto de veículo, desmoronamento total ou parcial, responsabilidade civil operações, perda de aluguel, vazamento de tanques e tubulações, equipamentos estacionários e arrendados e lucros cessantes;

Responsabilidade Civil Profissional: Danos materiais e morais nos hospitais e ambulatórios, através dos seus médicos, dentistas, enfermeiros, auxiliares e técnicos de enfermagem e demais empregados no exercício da sua profissão estendendo aos serviços terceirizados;

Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores: responsabilidade civil de administradores e diretores, extensão automática para cobertura de novas subsidiárias, adquiridas ou constituídas durante a vigência da apólice, gerenciamento de crises, despesas de publicidade a danos a reputação, reclamações resultantes de erros e omissões na prestação de serviços profissionais da Entidade, danos ambientais, reclamações feitas pelo governo e demais órgãos regulamentadores, questões tributárias;

Responsabilidade Civil Geral: tem por objetivo garantir o pagamento de indenizações ao segurado ou diretamente a terceiros, das quantias pelas quais o segurado vier a ser responsável civilmente em ação de responsabilidade contra a entidade;

Maristela Alves Lima Honda

Conselheira Presidente

Paulo Roberto Simon Carrion

Contador CRC 1SP 155005/O-4